

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ
ESTADO DE PERNAMBUCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO PÚBLICA

EXERCÍCIO: 2023

PROCESSO Nº 020/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2023



PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/1-20230531063310.pdf
assinado por: idUser 83

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá/PE.

Órgão Solicitante: *Secretaria de Administração.*

AUTUAÇÃO

No décimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três (19/04/2023), na sede da Prefeitura Municipal de SALOÁ, Estado de Pernambuco, faço a autuação da solicitação para abertura de processo de licitação que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá/PE. E para constar faço este termo. Eu, _____ Marcos Flavio Alves de Melo, membro da comissão permanente de licitação, fiz digitar e subscrevo.

SOLICITAÇÃO

Saloá, 19 de abril de 2023.

Exmo. Sr. Prefeito do Município de Saloá/PE
Rivaldo Alves de Souza Júnior

Sirvo-me do presente, em virtude da necessidade de assistência qualificada e experiente, para solicitar a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá de acordo com o Termo de Referencia em anexo.

Cumpre destacar, no presente caso, que é imprescindível a presença de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, consubstanciados em assessoria e consultoria jurídica, para elaboração de atos administrativos sem forma definida em Lei ou qualquer padronização, que atenda às necessidades da Administração.

Em anexo, segue Termo de Referência, discriminando o objeto a ser contratado.

Sem mais para o momento, envio protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcos Aurélio Florentino de Barros
Secretário de Administração



Ao Exmo.
Sr. Rivaldo Alves de Souza Júnior
Prefeito do Município de Saloá/PE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência tem por objetivo definir o objeto a ser contratado, reunindo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto, bem como as condições da contratação.

2. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços na área jurídica por meio de Assessoria Jurídica Consultiva, auxílio na elaboração de pareceres, respostas a consultas, elaboração de relatórios, elaboração de minutas de contratos, análise de contratos e documentos, pesquisas jurídicas de interesse da Prefeitura Municipal de Saloá, além do acompanhamento em demandas administrativas ou jurídicas perante o Tribunal de Contas, Tribunais Federais e Estaduais.

3. JUSTIFICATIVA

A administração pública, nos dias atuais, em virtude das diversas atividades que desempenha em favor da coletividade, exige a formalização de inúmeros atos administrativos relacionados as suas ações e pessoais que dão concretude a vontade estatal.

Sucedo que a vontade estatal, para ter validade e eficácia, exige sua formalização em atos administrativos, de modo a tornar público, por força dos princípios que regem a administração pública (art. 37, CF), os motivos determinantes, para permitir, ao público em geral, juízo de valor amplo.

A formalização dos atos administrativos, por não ter nenhuma padronização quanto ao conteúdo e forma e, ainda, por ser predominantemente intelectual, exige a contratação de profissionais qualificados e já experientes na administração pública municipal, objetivando materializar e tornar pública, eficientemente, a vontade estatal.

4. DOS PRAZOS

O prazo para de contratação dos serviços será de **60 (sessenta) meses**, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme determina o Art. 105 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e desde que cumpra com as seguintes condições:

- a) a autoridade competente deverá atestar a maior vantagem econômica.
- b) a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.



- c) a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5. AS ESPECIFICIDADES

Contratação de empresa para prestação de serviços na área jurídica por meio de apresentação de:

- a)** Assessoria Jurídica Consultiva
- b)** Elaboração de Pareceres jurídicos;
- c)** Respostas às Consultas;
- d)** Elaboração de Relatórios;
- e)** Elaboração de Minutas de Contratos;
- f)** Análises de Contratos;
- g)** Pesquisas jurídicas de interesse do município.
- h)** Acompanhamento das demandas administrativas e jurídicas junto ao Tribunal de Contas ou aos Tribunais Federais e Estaduais, bem como junto ao Ministério Público de todos os entes federativos.
- i)** Parecer jurídicos nos processos licitatórios.

Marcos Aurélio Florentino de Barros
Secretário de Administração



Comunicação Interna
Da: Secretaria de Finanças
À Comissão Permanente de Licitação

Informamos à Comissão Permanente de Licitações, as dotações orçamentárias para o objeto a ser licitado:

02 Poder Executivo
20 – Secretaria de Administração e Planejamento
04.122.0005.2004..0000 – Manut. Departamento de pessoal Administ. Patr. E Almoxarifado
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saloá, 19 de abril de 2023.

D'Avens Wendel Tenório Ferreira
Secretário de Finanças



AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a abertura de Processo de Licitação na modalidade cabível para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá de acordo com o Termo de Referência elaborado pelo Secretário de Administração e sua respectiva solicitação.

Saloá, 19 de abril de 2023.

Rivaldo Alves de Souza Júnior
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ

DESPACHO

Trata-se, no caso, de solicitação administrativa que tem por finalidade a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá.

A justificativa, nesse caso, é o fato de que é imprescindível a presença de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, consubstanciados em assessoria e consultoria jurídica, que atenda às necessidades da Administração na elaboração de inúmeros atos administrativos que são diariamente formalizados pelo poder público municipal.

Em face dessas peculiaridades, entende-se, por força do que dispõe o art. 74, III, da Lei nº 14.133/21, tratem-se, a assessoria e consultoria jurídica, para elaboração de atos administrativos sem forma definida em lei ou qualquer padronização, a serem formalizados pela administração municipal, de serviços técnicos profissionais especializados, ser ***inexigível a licitação***, para que a contratação seja direta.

Essa compreensão resulta, inclusive, do que dispõe o art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994, com redação dada pela Lei nº 14.039/2020, instituído no sentido de que os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, considerada quando o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Assim sendo, promovo a abertura de processo de inexigibilidade de licitação, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, consubstanciados em assessoria e consultoria jurídica, para elaboração de atos administrativos sem forma definida em lei ou qualquer padronização, a serem formalizados pela administração municipal, que exige, pela sua natureza e especificidade, profissionais com larga experiência na administração pública municipal.

Na oportunidade, determino seja solicitado a alguma empresa de assessoria e consultoria jurídica, que seja reconhecida no mercado, documentos que possam evidenciar desempenho anterior satisfatório, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, de modo a permitir avaliação se o seu trabalho é capaz de atender o objeto a ser contratado, bem como proposta de preço, para aferição se o valor está de acordo como o valor de mercado.

Saloá, 19 de abril de 2023.

Ricardo Fernando de Souza Segundo
Agente de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ

Ofício nº 01/2023
Comissão Municipal de Contratação

Saloá/PE, 19 de abril de 2023.

Ilustríssimo senhor **Lucicláudio Gois de Oliveira Silva**, sócio administrador da empresa LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ/MF nº 26.770.463/0001-26.

Pelo presente, em face da necessidade de se obter serviços qualificados, comunico que a Prefeitura de Saloá/PE tem o desejo de formalizar a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá, de acordo com o Termo de Referência em anexo.

Assim, na oportunidade, observando os serviços que estão contidos no Termo de Referência em anexo, solicito a esta respeitável empresa que apresente documentos relativos a empresa LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ/MF nº 26.770.463/0001-26, e seus sócios, assim como documentos que possam evidenciar desempenho anterior satisfatório, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, de modo a permitir avaliação se o seu trabalho é capaz de atender o objeto a ser contratado, bem como proposta de preço, para aferição se o valor está de acordo como o valor de mercado.

Sem mais para o momento, envio protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ricardo Fernando de Souza Segundo
Agente de Contratação

Ao Ilustríssimo senhor
Lucicláudio Gois de Oliveira Silva
LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF nº 26.770.463/0001-26.
R CONSELHEIRO JOAO FRANCISCO DA SILVA, 181.
Santo Antônio – Garanhuns/PE



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

No inciso III, alínea e da Lei Federal nº 14.133 de 011 de abril de 2021, estabeleceu o legislador que o processo de inexigibilidade deve ser instruído com a razão da escolha do fornecedor ou executante.

Pela leitura do caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a contratação de serviços técnicos enumerados no inciso III da mencionada Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, consideram-se, para os fins desta Lei, serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a assessorias ou consultorias técnicas.

De acordo com o art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994, com redação dada pela Lei nº 14.039/2020, os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, considerada quando o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Após solicitação e juntada de documentos da empresa LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ/MF nº 26.770.463/0001-26, esta apresentou atestados de capacidade técnica de diversos Municípios de Pernambuco, comprovando desempenho anterior e, ainda, diversos documentos revelando o enfrentamento de questões de alta complexidade jurídica na área de direito administrativo, de onde se permite inferir que o seu trabalho é essencial e adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Autorizo a contratação direta, desde que o preço esteja dentro do valor de mercado.

Saloá, 24 de abril de 2023.

Rivaldo Alves de Souza Júnior
Prefeito



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O art. 72 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 estabeleceu o legislador que o processo de inexigibilidade deve ser instruído com a justificativa do preço.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

VII - justificativa de preço;

Assim sendo esta comissão de contratação fez levantamento de preços dos serviços objeto deste processo que é a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza jurídica para a prefeitura municipal de Saloá de acordo com o Termo de Referencia em anexo. Após pesquisa de valor de mercado para serviços de assessoria e consultoria em direito administrativo, formalizado em favor de diversos Municípios de Pernambuco, no portal do TCE/PE e, ainda, na Tabela da OAB/PE, conforme evidencia a documentação acostada, percebe-se que o preço mensal apresentado se revela de acordo com o valor de mercado pela prestação dos serviços que se deseja contratar, na medida em que se apresenta inferior aqueles contratados por outros escritórios de advocacia e inferior aquele previsto na Tabela da OAB/PE para municípios do porte de Saloá/PE, que tem índice de FPM de 1.0.

Assim sendo, a decisão em contratar pelo preço proposto pela empresa decorre do fato deste se apresentar compatível com os preços de mercado.

Saloá, 24 de abril de 2023.

Ricardo Fernando de Souza Segundo
Agente de Contratação

José Cláudio Alves de Melo
Membro

Marcos Flávio Alves de Melo
Membro



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023
INTERESSADO: Município de Saloá/PE

DESPACHO

Por força do art. 74, III, e, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, submeto os autos do processo de inexigibilidade de licitação, para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura de Saloá de medidas extrajudiciais, judiciais e administrativa, para emissão de parecer opinativo.

Saloá/PE, 24 de abril de 2023.

Ricardo Fernando de Souza Segundo
Agente de Contratação



PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023
INTERESSADO: Município de Saloá/PE

ASSUNTO: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá de acordo com o Termo de Referência em anexo.

I - RELATÓRIO

Dando prosseguimento ao trâmite processual, por despacho da Comissão de Contratação, foi encaminhado a este órgão de consultoria jurídica o presente processo para análise da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá.

Instruem os autos os seguintes documentos:

1. Comunicação interna do Secretário de Administração do Município de Saloá/PE, endereçada ao chefe do Poder Executivo Municipal, explicando, de forma sucinta, os serviços que são necessários e indispensáveis ao funcionamento administrativo da edilidade, acompanhado com Termo de Referência, e, ainda, da necessidade de se contratar, pela sua natureza e especificidade dos serviços, profissionais com larga experiência na administração pública municipal;
2. Autorização do Prefeito, para abertura de processo de inexigibilidade de licitação, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais especializados prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá.
3. Ofício da Comissão Municipal de Contratação, solicitando documentos da empresa LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e seus sócios, além de documentos que evidenciasse desempenho anterior satisfatório, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, de modo a permitir avaliação se o seu trabalho é capaz de atender o objeto a ser contratado, bem como proposta de preço, para aferição se o valor está de acordo como o valor de mercado;
4. Documentação da empresa e de seus sócios, além de documentos voltados a comprovar desempenho anterior satisfatório e o envolvimento em questões administrativas de alta complexidade;
5. Razão da escolha, em que o chefe do Poder Executivo Municipal, baseado nos atestados de capacidade técnica de diversos Municípios de Pernambuco e, ainda, diversos documentos que evidenciam o envolvimento da empresa em questões de alta complexidade jurídica na área de direito administrativo, concluiu que o trabalho da empresa é essencial e adequado à plena satisfação do objeto do contrato;



6. Justificativa de preço, evidenciando, após pesquisa de valor de mercado para serviços de assessoria e consultoria em direito administrativo, formalizado em favor de diversos Municípios de Pernambuco, no portal do TCE/PE e, ainda, na Tabela da OAB/PE, que o preço mensal apresentado está de acordo com o valor de mercado, na medida em que se apresenta inferior aqueles contratados por outros escritórios de advocacia e inferior aquele previsto na Tabela da OAB/PE para municípios do porte de Saloá/PE, que tem índice de FPM de 1.0.

É o relatório.

Preliminarmente, oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico abstrai-se dos aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

Dito isso, passa-se a análise do processo.

FUNDAMENTAÇÃO

O objeto a ser contratado diretamente, segundo informações dos autos, são serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, consubstanciados em assessoria e consultoria jurídica, para elaboração de atos administrativos sem forma definida em lei ou qualquer padronização, a serem formalizados pela administração municipal, mediante aplicação do conhecimento sobre os fatos.

A justificativa é a de que é imprescindível a presença de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria jurídica, pela sua natureza e especificidade dos serviços que serão executados, a exigir profissionais qualificados e com larga experiência na administração pública municipal.

Pela leitura do caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a contratação de serviços técnicos enumerados no inciso III, alínea “e” da mencionada Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, consideram-se, para os fins desta Lei, serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a assessorias ou consultorias técnicas.

Por outro lado, de acordo com o art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994, com redação dada pela Lei nº 14.039/2020, os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, considerada quando o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Assim sendo, nada impede que, tratando-se de serviços de consultoria e assessoria jurídica, sejam eles contratados diretamente, por inexigibilidade de licitação, dada a previsão legal nesse sentido.

Agora, no que pese ser assim, o art. 72 da Lei nº 14.133/21 exige que as situações de inexigibilidade referidas no art. 74 sejam necessariamente justificadas.

Aqui, compreendo que a justificativa, pelos conteúdos que apresentam, consta no comunicado interno da Secretária de Administração e na razão de escolha do fornecedor, na medida em que deixa claro que se trata de serviços especializados de natureza predominantemente intelectual e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ

apresentam, nesse caso, a fundamentação legal autorizativa e, por outro lado, concluiu que os atestados de capacidade técnica de diversos Municípios de Pernambuco são suficientes para comprovar o desempenho anterior e os outros documentos, relativos ao enfrentamento de questões de alta complexidade jurídica na área de direito administrativo, permitiu inferir que o seu trabalho é essencial e adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Ademais disso, no art. 72 da Lei nº 14.133/21, restou estabelecido que o processo de inexigibilidade, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com razão da escolha do interessado e justificativa do preço.

A Administração apresentou a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, o que atende a legislação de referência, pelo que o processo não merece reparo quanto a esse ponto.

Por fim, o processo deve seguir o seu curso, passando pela ratificação da autoridade superior e as consequentes publicações no órgão da imprensa oficial e no sítio eletrônico oficial da entidade contratante.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opino, salvo melhor juízo, pela presença dos pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise desse órgão de assessoramento jurídico.

Retornem os autos ao setor de contratação, para que o processo seja encaminhado para prosseguimento.

Saloá/PE, 28 de abril de 2023.

Geane Alves Sampaio

Advogada OAB/PE nº 33.147



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023
INTERESSADO: Município de Saloá/PE

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Em virtude do que dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/21, na condição de autoridade superior, **RATIFICO** a situação de inexigibilidade contida nestes autos, relativa à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá através da empresa: **LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ/MF nº 26.770.463/0001-26**, estabelecida a R CONSELHEIRO JOAO FRANCISCO DA SILVA, 181 – Santo Antônio – Garanhuns/PE, com o valor global de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) em 12 parcelas mensais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para a prefeitura municipal de Saloá.

Saloá/PE, 02 de maio de 2023.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JÚNIOR
PREFEITO



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 020/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023
CONTRATO LICITATÓRIO Nº 041-A/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
JURÍDICOS, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE SALOÁ E A EMPRESA
LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA.

Pelo presente instrumento público de contrato, que entre si firmam, como CONTRATANTE, o Município de Saloá, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.455.714/0001-00, com estabelecida na Praça São Vicente, 43, Centro, Saloá/PE, representado pelo seu ordenador de despesas, o senhor Rivaldo Alves de Souza Junior, portador da cédula de identidade RG nº 5505861 SDS/PE e no CPF nº 033.046.464-77, de outro lado, a empresa: **LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.770.463/0001-26**, com endereço profissional na R CONSELHEIRO JOAO FRANCISCO DA SILVA, 181, Santo Antônio, Garanhuns/PE, simplesmente denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **Lucicláudio Gois de Oliveira Silva**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº 21.523, residente e domiciliado na cidade de Garanhuns/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. **000.376.784-18**, celebram o competente contrato, consoante o **Processo licitatório nº 020/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2023**, ratificado em 02 de maio de 2023, regido pela **Lei nº 14.133/21, e alterações posteriores**, e pelas cláusulas e condições em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam a seguir:

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria jurídica para a prefeitura municipal de Saloá, conforme estabelecido no Termo de Referência anexo a este instrumento.

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

2.1 O prazo do presente contrato será pelo período de **60 (sessenta) meses**, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme determina o Art. 107 da Lei 14.133/21 e alterações posteriores.



3.0 CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

- 3.1 O preço global para a execução dos serviços é de R\$: **96.000,00 (noventa e seis mil reais)** a ser pago, em **12 (doze) parcelas mensais** de R\$ **8.000,00 (oito mil reais)**, conforme execução dos serviços, mediante apresentação mensal da Nota fiscal atestada pela secretaria solicitante.

4.0 CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 4.1 Para fazer face às obrigações financeiras assumidas, serão utilizados recursos do município através das Secretarias, constante(s) na(s) seguinte(s) classificação orçamentária:

02 Poder Executivo

20 – Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0005.2004..0000 – Manut. Departamento de pessoal Administ. Patr. E Almoxarifado

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5.0 CLÁUSULA QUINTA - DA NATUREZA DOS SERVIÇOS:

Contratação de empresa para prestação de serviços na área jurídica elaboração de atos administrativos e de apresentação de medidas consultivas com fornecimento de pareceres em matérias que digam respeito aos interesses do município de Saloá, sendo o termo de referência da presente inexigibilidade parte integrante deste contrato.

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

- 6.1 Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 a CONTRATANTE pode rescindir, sem que à CONTRATADA caiba qualquer reclamação ou indenização e, sem prejuízo, a critério da CONTRATANTE, da aplicação das sanções previstas.

6.1.1 Os contratos administrativos regidos pela Lei n. 14.133/2021, de acordo com art. 138, poderão ser extintos: unilateralmente pela Administração; consensualmente, por acordo entre as partes; ou por decisão arbitral/judicial.

6.1.2 Independente da hipótese, alerta o art. 137 que todas deverão ser formalmente motivadas nos autos do processo, assegurando-se, sempre, o contraditório e a ampla defesa. São elas:

- I – O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;



IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI e VII... (não cabem)

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

7.0 CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.1 A CONTRATADA é responsável por todos os impostos, taxas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, tanto em relação aos empregados que lhe prestam serviços, quanto às obrigações patrimoniais de responsabilidade das empresas (GPS).

8.0 CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 De acordo com o artigo 156 da Lei 14.133/21 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na lei as seguintes sanções:

(1) advertência;

(2) multa;

(3) impedimento de licitar e contratar;

(4) declaração de inidoneidade.

8.2 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelas perdas e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução dos trabalhos contratados, bem como salários, contribuições previdenciárias e sociais, providências e obrigações decorrentes de acidente de trabalho, inclusive no caso de morte, além de multa, que porventura apareça, desobrigando, ainda, à CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

8.3 É obrigação da CONTRATADA, executar e concluir os serviços, rigorosamente dentro dos prazos determinados, exceto se casos fortuitos ou motivos de força maior ocorrer, situações estas que serão devidamente apuradas e anotadas pelos técnicos responsáveis.



- 8.4 Quando houver atraso na entrega dos serviços contratados, e estes não forem devidamente justificados ou a justificativa não for aceita formalmente, a contratada poderá sofrer as consequências, inclusive, conforme a gravidade do procedimento, poderá haver a rescisão contratual.
- 8.6 Independentemente de cobrança de multas, a perda de prazo e o atraso na execução dos serviços poderão gerar penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

9.0 CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 9.1 Fazem parte integrante e inseparável deste instrumento contratual e, obrigam a CONTRATADA em todos os seus artigos, o Termo de Referência do Processo de Licitação nº nº 020/2023, Inexigibilidade nº 004/2023, a proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 9.2 Correrão por conta da Contratada quaisquer responsabilidades ou ônus decorrentes de prejuízos causados a Contratante ou a terceiros na execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 9.3 Fica eleito o foro desta cidade de Saloá/PE para dirimir qualquer litígio oriundo do presente contrato, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciando tem, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qualquer das partes.

E, por estarem justos e acordados, foi o presente instrumento de CONTRATO de execução de serviços, confeccionados em 04 (quatro) vias de igual teor para o mesmo fim, que vai subscrito pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e por duas testemunhas presenciais devidamente qualificadas, para que este instrumento produza todos os efeitos legais.

SALOÁ, 02 de maio de 2023.

MUNICÍPIO DE SALOÁ
CNPJ nº 11.286.366/0001-95
Rivaldo Alves de Souza Jr
CONTRATANTE

**LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**
CNPJ/MF nº 26.770.463/0001-26
. LUCICLÁUDIO GOIS DE OLIVEIRA SILVA
CONTRATADA



ORDEM DE SERVIÇOS

Conforme contrato firmado, autorizo a empresa: **LUCICLAUDIO GOIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.770.463/0001-26**, com endereço profissional na R CONSELHEIRO JOAO FRANCISCO DA SILVA, 181, Santo Antônio, Garanhuns/PE representada pelo Sr. **Lucicláudio Gois de Oliveira Silva**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 21.523, a, partir desta data a dar início à prestação dos serviços, objeto do Processo de Licitação 020/2023, Inexigibilidade nº 004/2023. Informamos que a partir desta data, fica vossa senhoria sujeita as sanções contratuais e previstas na Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021 no caso do não cumprimento do objeto nos prazos determinados.

Saloá, 02 de maio de 2023.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JÚNIOR
PREFEITO

Recebemos em: ____ / ____ / ____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

